

BRASIL DE TEMER: O BOLO E A CEREJA PARA OS RICOS E AS MIGALHAS PARA À CLASSE TRABALHADORA

Flávio Ribeiro de Lima

Geógrafo. E-mail: flavior_lima@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No intervalo de 18 meses - período que o governo Michel Temer está no poder -, o Brasil vem passando por um processo de reorientação das políticas sociais e distributivas. Ao assumir, de forma interina, a Presidência da República seu governo (ilegítimo) altera os padrões das políticas universalistas que vinham sendo implementadas desde a promulgação da Constituição de 1988.

Chegado o momento do golpe parlamentar implementado em 2016, as condições se alteraram significativamente. Neste movimento, o modo de governar voltou então a ser em prol de atender as demandas de um pequeno grupo, composto pelos ricos, empresários e políticos. Dado ao qual demonstra que o imenso esforço de retirar o país dos piores índices sociais, angariado nos governos anteriores, foram em vão.

Desde então, o país entrou em mais um capítulo de crise política, econômica e social¹, marcadas por um tripé destrutivo, para lembrar o professor Ricardo Antunes (2017), ao qual o mote é: privatizar o que ainda resta dos equipamentos públicos, flexibilizar todas as relações de trabalho e explorar os recursos naturais, tudo isso, é claro, sem demonstrar preocupação com a conciliação de classes.

¹ É o que procuramos, modestamente, indicar em outro de nossos ensaios (LIMA, 2017).

2 UM PRESIDENTE A SERVIÇO DE QUEM?

O roteiro desenhado pelo governo Temer, (diferente dos traçados pelo governo anterior)² não poderia ser tão danoso à classe trabalhadora.

Ele entra em vigor para impor “reformas” sob o pretexto de combate à recessão em prol da “modernização”, a qual, a PEC do teto dos gastos públicos, a Reforma do Ensino Médio, a nova Lei da Terceirização, a “Reforma” Trabalhista, a mudança da participação obrigatória da Petrobrás na exploração do Pré-Sal, a reestruturação e privatização das estatais e outras centenas de medidas tomadas, são exemplares.

O presidente interino, também se beneficiou da crise financeira que paira sobre a esfera mundial, aproveitando-se da necessidade de alavancar a economia para dar sustentação às suas imposições draconianas. Isso o fez parecer um homem moderno, democrático e generoso, enquanto *seu governo comandava o retrocesso de quase um século*, momento em que não havia direito trabalhista e proteção social no Brasil (BIAVASCHI, 2016). O pronunciamento realizado em 11 de julho de 2017, data em que foi votada no Senado a Lei nº 13.467 – Lei da Reforma Trabalhista que entrou em vigor no dia 11 de novembro –, nos apresenta um patamar de sua posição. Uma frase sintomática é, provavelmente: “nós estamos trabalhando hoje para que o amanhã seja de prosperidade e riqueza”³.

É o que ele explicita ao dizer que o diálogo social mais indicado, seria o que seu governo vem construindo, diálogo este que obscurece o antagonismo entre duas classes e não oculta seu desprezo pelos trabalhadores. Isso fica claro quando indica que “trabalhadores e empregadores poderão fazer acordos que garantam empregos e sejam adequados as suas realidades, tudo com a proteção da lei”, como se ambos os lados estivessem em pé de igualdade.

Temer diz ainda que todos os brasileiros tendem a ser beneficiados com este governo, já que querem “recolocar o país nos trilhos, e assim, voltar a crescer”. Ainda que tente não

²De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no período que compreende os anos de 2005 a 2015, a renda média dos trabalhadores do país cresceu entre 1,7% e 2,9% ao ano, o que influenciou, diretamente, a redução no percentual de pessoas vulneráveis à pobreza na ordem de 4,8%. Estes índices demonstram a eficácia das políticas que começavam a dar passos para os experimentos de um governo de conciliação de classes.

³ Os discursos do presidente ilegítimo apresentado ao longo deste ensaio foram acessados na página oficial do Planalto da Presidência da República.

demonstrar que representa uma classe em especial, implementa políticas que limitam a justiça social e conduzem para o aumento das disparidades econômicas.

Igualmente, o presidente interino enfatiza corriqueiramente a ideia de que nós, trabalhadores, não devemos nos opor aos empresários, já que, são eles quem contribuem para a geração de empregos. Como em toda falácia astuta, ele altera o verdadeiro sentido das coisas ao sonegar, em vários de seus argumentos, o que realmente há por trás dos fatos, para nos impor, é claro, os interesses dos grupos que comandaram historicamente as políticas neste país.

Ao mesmo tempo, ele repete que é o presidente quem deve decidir os rumos do país, mostrando que seu governo é particularmente autoritário e antidemocrático. Por um lado, demonstra toda sua arrogância, desconsideração e desrespeito com o conjunto de trabalhadores, por outro, prioriza a consulta e a discussão entre grupos financeiros e parceiros políticos para a "*necessária transformação do país*", como diz no folheto intitulado *Uma ponte para o futuro*⁴.

Este último, um diálogo estabelecido em busca de desestabilizar ainda mais os movimentos trabalhistas, ao qual o cerne é o enfraquecimento das centrais sindicais ou qualquer outro tipo de insurgência. *Aliás*, qualquer levante que introduza elementos contrários às propostas draconianas, tornam-se, discurso dos que "*querem barrar o crescimento do país*"⁵.

Sob o discurso de negação de conflitos de classes, ao qual serve para acreditar que há um interesse comum entre os ricos e os pobres, entre trabalhadores e empresários, e assim desqualificar aqueles que resistem à sua política: *retaliando*, inclusive, os que se colocam contra as políticas implementadas por seu governo.

O desprezo com as políticas sociais é sintomático do Governo Temer. Entre tantas manifestações, podemos lembrar que além da educação, da saúde, da habitação social e do saneamento básico, deixados novamente à mercê do mercado, as políticas fiscais injustas, decorrentes da má distribuição de renda, influenciam, diretamente, no aumento dos índices de pobreza, de desemprego, de desnutrição, de segregação, da violência, entre outros. Elementos esses que contrariam o discurso ofertado por Temer de que seu "*governo está conectado com o século XXI*".

⁴ Relatório publicado pela Fundação Ulysses Guimarães em 29 de outubro de 2015.

⁵ Discurso de Michel Temer em 18 de maio de 2017.

Eclode daí, a elevação espetacular da desigualdade que é, em grande medida, fruto da combinação, do jogo de forças de atores políticos, sociais e econômicos. Uma explosão sem precedentes do aumento das rendas derivadas da exploração da força de trabalho, o que contribui para aumentar o abismo entre os rendimentos dos grandes empresários e a massa de trabalhadores⁶.

Isto pode ser constatado, por exemplo, se recorrermos a um recente relatório divulgado pela OXFAM⁷, o qual demonstra que apenas seis brasileiros possuem riqueza equivalente ao patrimônio de um montante de outros 100 milhões. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%.

Um último elemento a lembrar é o anúncio da próxima ofensiva, que seria a aprovação da PEC 287(a da “reforma” da previdência). Com o argumento de previdência social em colapso, o governo Temer se baseia novamente no discurso de “modernização” e de reestruturação demográfica do país, favorecendo, como de costume, uma pequena porção da população e penalizando a classe trabalhadora.

Finalmente, todas as medidas implementadas pelo governo Temer acima esboçadas, demonstram a todo tempo que este está a serviço de uma classe, e que esta, certamente não é a trabalhadora. Do contrário, o governo Temer evidencia sem nenhuma máscara, que está, desde sua assunção, à serviço do capital. Na divisão desigual dos fundos públicos realizada por seu governo, é servido aos ricos e aos empresários não apenas o bolo, mas também o glacê e a cereja. Aos pobres trabalhadores, restam apenas as migalhas.

3 EXISTE POSSIBILIDADE DE MUDARMOS ESTE CENÁRIO?

Com as indicações feitas acima, é possível problematizar os rumos que devemos tomar para que possamos mudar este cenário, já que, todas essas ofensivas impostas aos trabalhadores pelo governo Temer se referem, de modo escarnekedor, ao favorecimento de grupo em troca do desamparo de outro.

⁶ A obra de Thomaz Piketty nos apresenta um panorama sobre essa problemática em escala mundial.

⁷ Relatório *A Distância que nos une*, veiculado em 2017.

Dito isto, não nos parece exagero afirmar (de uma perspectiva geográfica crítica) que essa ofensiva que se fortalece, não apenas no Brasil, mas em vários outros países do mundo, possui uma face ainda mais perversa do neoliberalismo (HARVEY, 2015). O fato é que na realidade brasileira - de capitalismo tardio e desigualdade social alarmante - os impactos são ainda mais profundos.

Por todo o exposto, a luta e a mobilização contra este governo são mais do que nunca da atualidade. Perguntas que, apesar de parecerem óbvias, seguem sendo fundamentais para contribuir com a reflexão profunda e com ações que tenham longo alcance, e nos ajudem a reverter o atual cenário instaurado. Neste sentido, questionemos: Por onde devemos começar e como fazer?

Para além de oferecer questionamentos, estamos certos que um dos caminhos que contribuem para que possamos reverter o cenário nocivo que se instaurou, não é a quietação que paira nos espaços urbanos. Mais do que nunca, há grande urgência em superar as formas tradicionais de fazer política para que consigamos sair dessa encruzilhada.

Para tanto, é preciso construir uma unidade entre a já fragmentada classe trabalhadora: trabalhadores das esferas privada ou pública, jovens e aposentados, negros e brancos, centrais sindicais e outras organizações, devem todos, sem exceção, lutar e resistir em conjunto. Faz-se necessário, também, reconstruir uma consciência de classe: a consciência de que os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas são antagônicos e por fim, a ideia de que os trabalhadores são capazes de expropriar os empresários e de transformar a economia para atender às demandas sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Brésil. **La dévastation du travail dans la contre-révolution de Temer**. Paris, Revista A'l'encontre, v. 17, p. 1 – 10, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho**: tempos de regresso. Estudos Avançados, v. 30, p. 75-87, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

BRASIL. **PEC 55 de 29 de novembro de 2016.** Disponível em:

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/senado-aprova-pec-do-teto-dos-gastos-em-primeiro-turno>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

BRASIL. **Planalto.** Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos>.

Acesso em: 13 de novembro de 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

FUNDAÇÃO ULYSSES MAIA. **Uma ponte para o futuro.** Disponível em:

http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

HARVEY, David. **Seventeen contradictions and the end of capitalism.** Londres: Editora Profile Books, 2014.

IPEA. **Trabalhadores com melhores salários aumentaram a renda.** Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28593. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

LIMA, Flávio Ribeiro. **Contradições do trabalho informal.** In: COUTINHO, AldacyRachid (org.). Anais do encontro nacional da rede Renapedts. Florianópolis: Editora Empório do Direito, p. 367-377, 2016.

LIMA, Flávio Ribeiro. **El fantasma de la reforma laboral brasileña.** Montevideo: Revista Rebélion, v. 1, p. 1 – 4, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos: Primeiro Manuscrito.** São Paulo: Editora Boitempo, 2004 [1848]

OXFAM. **A distância que nos une**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro, Editora: Intrínseca, 2014.